REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 4

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 2- JUL/DEZ DE 2006
ISSN 1980-9018

Argumentatividade: o convencimento pela palavra

Argumentativety : convincement by words

Apresentação

E, quando na noite recém-chegada, eles se estenderam, cansados os corpos, lado a lado, ela suplicou, no desejo do mundo mágico que o poeta possuía:
— Fala... Fala, que eu quero te ouvir...

(Jorge Amado, 1968: 196)

O Poeta nos seduz por meio da palavra. E, conforme sabemos, ter a palavra é uma forma de poder. Mas não é preciso ser um poeta para seduzir por meio da palavra. Um bom orador é capaz de exercer atração sobre o seu auditório. Para tanto, é preciso saber produzir um texto atraente. Aqui, o terreno é subjetivo, isto é, escrever bem depende muito da habilidade pessoal, do estilo de cada pessoa. Contudo, há algumas dicas que podem auxiliar o iniciante na arte de redigir. O presente artigo tem o propósito de apresentar algumas orientações gerais a respeito da produção do texto argumentativo.

Freqüentemente, somos solicitados a produzir dissertações[1]. Desde a escola à universidade, somos convidados a exprimir a nossa opinião, ou a apresentar o produto final de nossas reflexões. No meio universitário, por exemplo, os alunos redigem textos de caráter dissertativo – a monografia ou a tese –, para a obtenção do título pretendido.

Para algumas pessoas, ter de redigir um texto é um obstáculo àquela vaga tão desejada, seja na área profissional, seja na universidade. Para essas pessoas, a redação parece, de fato, um muro intransponível.

Mas a redação não precisa ser encarada dessa maneira. Ao produzirmos uma dissertação, temos a oportunidade de organizar e expor nossas idéias. Escrever é uma **atividade**. E, do mesmo modo que qualquer outra atividade – como, por exemplo, andar de bicicleta, nadar, dirigir um automóvel etc. –, precisa ser praticada para ser aprendida com desenvoltura.

Conforme explica Coseriu (2004: 93), a linguagem é uma atividade que compreende **três saberes**: o elocucional, o lingüístico e o expressivo. O saber elocucional diz respeito à forma como as idéias e os conceitos são apresentados e relacionados no texto. Nesse sentido, o texto pode ser coerente ou incoerente. Por exemplo, se alguém afirma que todo menor abandonado caminha para a delinqüência, está sendo incoerente, pois a pura

O Autor

Marcus Vinicius B. de Almeida
Professor de Lingua Portuguesa e Pós-graduando em Leitura e Produção de Textos na UFF

Resumo
O presente artigo tem por objetivo apresentar as características formais da argumentação. Além disso, busca indicar orientações para a produção de textos argumentativos.

Palavras-Chave
Argumentação – Textualidade – Estrutura do texto argumentativo

Abstract
This article intends to present the formal characteristcs of the argumentation. Besides, it intendes to indicate orientations for the production of argumentative texts.

Keywords
Argumentation – Texture – Structure of the argumentative text

observação da realidade não confirma isso. O saber idiomático está relacionado ao conhecimento das regras do idioma utilizado para se expressar. Nesse caso, o texto é considerado correto ou incorreto. O saber expressivo concerne à maneira como o texto deve ser formulado, consoante a situação comunicativa. Aqui, o texto pode ser considerado adequado ou inadequado. Por exemplo, empregar gírias numa dissertação é inadequado, já que essa modalidade de texto exige o emprego de uma linguagem formal. É justamente no modo como devemos produzir o texto que as pessoas demonstram ter mais dificuldade.

Uma boa dica é ler bastante os bons autores. E com isso, procurar observar o modo como eles constroem seus textos. Quais foram as estratégias empregadas? Que efeitos essas estratégias causaram? Isso caracteriza a leitura crítica.

Tendo visto os saberes que estão envolvidos nessa atividade especial que é a linguagem humana, passemos a tratar das características que configuram um texto como tal.

A textualidade

As pesquisas mais recentes realizadas na área da Lingüística Textual procuraram definir as propriedades que caracterizam um texto. É nesse sentido que se chegou ao conceito de textualidade[2].

Um texto não é apenas um amontoado de frases sem relação entre si, em que cada frase leva a um assunto diferente. Um texto deve ser construído por frases que mantenham relações umas com as outras e que acrescentem idéias novas a respeito do assunto desenvolvido ao longo do texto. Segundo Costa Val (1999), para que se produza esse texto como unidade de sentido é preciso observar alguns fatores de textualidade, dentre os quais se destacam a coesão e a coerência. Além destas, há a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade.

A coesão é um fenômeno que está relacionado ao modo como os elementos lingüísticos se interligam por intermédio de recursos lingüísticos coesivos disponíveis aos falantes em cada língua. A coesão é apontada ainda como a expressão da coerência, isto é, diz respeito ao modo como as idéias se relacionam e se apresentam no texto escrito/falado. Nesse sentido, são exemplos de mecanismos lingüísticos coesivos o emprego de pronomes anafóricos, que retomam um termo expresso anteriormente; a concordância verbal estabelecida entre o sujeito e o verbo; a correlação entre os tempos verbais; as conjunções, que relacionam duas proposições; os “sinalizadores textuais”, que organizam e orientam as seqüências textuais a serem lidas (expressões como *primeiramente, em seguida/por fim*, *em primeiro lugar/em segundo lugar/em terceiro lugar*, *por um lado/por outro lado*) etc.

A coerência, por sua vez, diz respeito aos conceitos e relações subjacentes ao texto produzido, sendo responsável pelo sentido do texto.

A intencionalidade e a aceitabilidade dizem respeito aos protagonistas do ato de comunicação. A intencionalidade está relacionada ao modo como o produtor constrói seu texto a fim de alcançar seus objetivos na interação comunicativa. Para tanto, ele se empenha em produzir um texto coerente, para que o interlocutor apreenda a sua intenção e o sentido da mensagem veiculada. Por seu turno, a aceitabilidade diz respeito à atitude do recebedor de considerar o texto que está lendo/ouvindo como uma ocorrência coerente

e relevante. Assim, ele se esforça para apreender a intenção do produtor e o sentido que este deseja imprimir em seu texto.

A situacionalidade está relacionada à adequação do texto à situação comunicativa. Nesse sentido, a situação comunicativa interfere na escolha do grau de formalidade, na seleção das regras de polidez e no emprego da variedade lingüística.

A informatividade é fundamental para despertar o interesse no leitor. Esse fator de textualidade concerne à quantidade de informação nova ou conhecida veiculada pelo texto. Quanto menos previsível, mais informativo é o texto. Contudo, um texto constituído apenas por informações novas provocará desinteresse no leitor. Assim, o ideal é que o texto mantenha um nível médio de informatividade, alternando informação nova com informação dada.

A intertextualidade, por sua vez, está relacionada ao fato de a produção e a compreensão de um determinado texto depender do conhecimento prévio de outro(s) texto(s) com o(s) qual(is) ele se relaciona.

Após esse apanhado geral acerca da textualidade, passemos às características relativas ao texto argumentativo.

Características do texto argumentativo

Argumentar consiste em abordar um tema, apresentando seus aspectos mais relevantes, com o objetivo de fundamentar uma tese. Conforme apontam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), quem argumenta tem, sobretudo, o objetivo de provocar a adesão dos espíritos à tese apresentada, agindo sobre o outro, com a finalidade de criar nele a disposição para a ação. Devemos pensar, portanto, nos caminhos que empregaremos para validar a nossa tese e na linguagem a ser utilizada com esse propósito.

Para responder ao primeiro quesito, vários expedientes são empregados para validar a tese defendida na argumentação. De acordo Garcia (2004: 301-315), a argumentação por meio de fatos é a mais adequada. Afinal, fatos não se discutem, ao contrário das opiniões, que são fruto de uma impressão pessoal. Contudo, a simples apresentação dos fatos não é suficiente: é preciso assegurar que eles sejam adequados, relevantes, suficientes e fidedignos àquilo que se quer provar[3]. Pode-se partir da observação dos fatos para se chegar a uma conclusão (método indutivo), isto é, parte-se do particular e conhecido em direção ao geral e desconhecido. Correlacionado a isso, o diálogo com o conhecimento acumulado é um importante modo de comprovação de uma tese. Assim, a referência a dados estatísticos e pesquisas, ou a citação de autoridades[4] no assunto também são formas válidas de argumentação. Também é possível partir do geral e desconhecido em direção aos fatos (método dedutivo), como nos silogismos. Uma das principais funções do método dedutivo é garantir a coerência e a fidedignidade do raciocínio desenvolvido.

Além desses métodos de se buscar a verdade, há outros, a saber, a análise, a síntese, a classificação e a definição. A análise e a síntese são métodos complementares. A análise consiste na divisão do todo em partes, para que se analisem as relações existentes entre elas. Sendo a realidade que se nos apresenta um todo complexo, é esperado que a inteligência humana a segmente para ocupar-se de cada uma das partes. A síntese diz respeito à reconstituição do todo a partir de suas partes, a fim de se proporcionar uma visão do conjunto. A classificação concerne no estabelecimento da

dependência e da hierarquia entre as partes que compõem o todo, observando suas semelhanças e diferenças. A definição consiste numa declaração do que se quer dizer com o emprego de determinado termo ou conceito. Esse recurso é relevante no sentido de precisarmos a extensão de nossas afirmações; sobretudo nos casos em que se empregam termos de significado muito amplo, ou nos casos em que se empregam termos com acepções distintas em diferentes correntes (Cf. GARCIA, idem: 327-336).

A respeito da linguagem apropriada à argumentação, é preciso ter em mente que toda produção textual deve adequar-se à situação comunicativa. Nesta seção, focalizaremos algumas das características lingüísticas do texto argumentativo, a saber, a impessoalidade, o grau de formalidade e o estilo.

A argumentação é um texto técnico e, por esse motivo, deve ser redigido numa linguagem impessoal. Assim, ao produzir o seu texto, evite o uso de pronomes e verbos na 1.ª pessoa, como os que podem ser vistos em "Na minha opinião, eu acho que...", "Eu acredito que...". Acrescente-se a isso o fato de o uso de construções impessoais ser uma importante estratégia argumentativa, pois apresenta os argumentos como "conhecimentos" ou "verdades" universais e imparciais, e não como opiniões pessoais. É muito mais fácil refutar um argumento apresentado como uma opinião pessoal do que um outro apresentado como sendo de consenso na comunidade.

Abreu (1999) mostra que, muitas vezes, omite-se o agente, ou por ser redundante explicitá-lo, ou por não se desejar fazê-lo. A língua portuguesa oferece, a seus falantes, diversas formas de se obter a impessoalização do agente. Vejamos as mais empregadas na dissertação: 1) Construção passiva com "ser": Vários casos de violência doméstica *foram identificados* (nesse caso, é preciso omitir o agente da ação verbal); 2) Construção passiva com "se": Analisaram-*se* os dados e concluiu-*se* que a violência aumentou em praticamente todas as grandes capitais brasileiras; 3) Índice de indeterminação "se": Apesar de tudo que tem acontecido, acredita-*se* na paz e confia-*se* nas pessoas; 4) Emprego de grupos nominais indefinidos: *Todos* sabem que a constituição deve ser respeitada (nesse caso, cuidado com o alcance das generalizações); 5) Emprego de verbos na 3.ª pessoa do plural: *Dizem* que o capitalismo é o câncer do mundo.

Outra característica do texto argumentativo é o emprego de uma linguagem formal. Assim, evite as gírias e a linguagem de calão, ainda que seja difícil manter a compostura acerca de temas que causam indignação. Atrelada a essa característica, na produção de um texto argumentativo, devemos empregar a norma culta da língua. Além disso, expurgue do seu texto os lugares-comuns e os ditos populares (a não ser que você vá parodiá-los de modo criativo, ou criticá-los).

É preciso atentar, também, para o estilo da linguagem dissertativa. De modo geral, pode-se afirmar que a dissertação bem redigida deve apresentar clareza, concisão e harmonia. A clareza diz respeito à construção frasal sem ambigüidades. A escolha da palavra exata e a economia lingüística caracterizam a linguagem concisa: opte por expressar o pensamento em uma palavra, ou em estruturas reduzidas, em lugar de duas ou mais palavras, ou de estruturas desenvolvidas. A harmonia está relacionada à boa sonoridade da frase. Deve-se escrever, portanto, buscando a eufonia. Assim, os encontros de fonemas que produzam efeito desagradável aos ouvidos devem ser evitados. Segundo Bechara (2004: 74-75), os efeitos acústicos desagradáveis mais comuns são a colisão (encontro de consoantes que produzem desagradável efeito acústico), como a que ocorre em "*Se se* fizesse uma pesquisa, comprovariam o que falei."; o eco (repetição, com pequeno intervalo, de palavras que terminam de modo idêntico: atente-se

para as terminações *-ção, -mente, -dade* etc.), que pode ser percebido em "A estimula*ção* da conscientiza*ção* da popula*ção* para a inclu*são* social é muito importante para o progresso da na*ção*."; o hiato (o hiato de vogais tônicas torna-se desagradável principalmente quando formado pela sucessão de palavras), que pode ser observado em "A criança não *ia à au*la porque não tinha um par de sapatos."; e o cacófato (encontro de sílabas de duas ou mais palavras que forma um novo termo de sentido inconveniente ou ridículo para o contexto), como o que está presente em "Atacante mar*ca gol* e assume a liderança da artilharia."

Após termos discorrido acerca das características da argumentação, podemos passar às questões relativas à produção textual: o planejamento e a estrutura do texto argumentativo.

Por que é importante a preparação de um roteiro?

Ao sermos solicitados a escrever sobre um tema, várias idéias podem surgir em nossa mente. É preciso, então, selecionar aquelas que serão úteis à mensagem que queremos transmitir em nosso texto. Caso contrário, corremos o risco de sermos superficiais ou contraditórios; também há o risco de faltar unidade e organicidade ao nosso texto. Por essa razão, a preparação de um roteiro se faz necessária. Camara Jr. (1997: 61-62) explica que o *esquema* funciona como um "arcabouço, que vai amoldar sobre si a redação". O mesmo Autor indica como estruturar o esquema: serão "[...] lançados no papel os tópicos da exposição por meio de expressões rápidas e abreviadamente indicativas, articulados entre si como deverão ficar no trabalho planejado". É preciso ressaltar que o roteiro caracteriza-se por sua flexibilidade, podendo ser alterado a qualquer momento. Destacamos dois momentos importantes na preparação do roteiro: a *delimitação do assunto* e a *fixação do objetivo*.

1. A delimitação do assunto

Para evitarmos a produção de um texto vago e repetitivo, é conveniente delimitar o assunto a ser tratado. Além disso, a delimitação do assunto garante um maior domínio sobre ele.

Por exemplo, se fôssemos solicitados a escrever sobre a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), poderíamos restringir esse assunto de diferentes formas: a) examinar as conseqüências desse pacto nas economias dos países participantes; b) discutir formas de implantação da Alca; c) analisar as conseqüências desse pacto na vida das populações dos países que integrariam a área de livre comércio, entre outras.

2. A fixação do objetivo

Após termos delimitado o assunto, podemos fixar o objetivo que orientará o que será escrito. Nesse momento, fixam-se os objetivos que o produtor deseja alcançar com seu texto.

Voltando ao exemplo da redação sobre a Alca, e elegendo a primeira delimitação apresentada anteriormente, poderíamos fixar o seguinte objetivo: *demonstrar que a Alca abalaria a economia de muitos países, já que as economias das nações americanas se mostram frágeis e profundamente desiguais*. Ou estabelecer outro objetivo: *evidenciar que a Alca seria um pacto econômico vantajoso para os países participantes, já que a criação de acordos de livre comércio tem apresentado resultados positivos ao longo da história*. Ambos os caminhos são possíveis, basta selecionar os argumentos pertinentes a cada tese.

Estrutura do texto dissertativo

A dissertação tradicional é composta por três partes: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Cada uma dessas partes possui a sua funcionalidade para a construção de um texto coeso e coerente. Freqüentemente, elas são substancializadas por meio de parágrafos, que são blocos construídos por frases que guardam uma unidade temática (Cf. GARCIA, idem: 219).

É difícil definir a extensão do parágrafo. A divisão e a disposição dos parágrafos dependem, em grande monta, da sensibilidade do escritor. Sendo o texto um conjunto de idéias, o mais adequado é que cada uma delas se desenvolva em um parágrafo próprio. Acrescente-se que as idéias mais complexas podem desdobrar-se em mais de um parágrafo, a fim de que cada parágrafo possa examinar melhor cada aspecto que constitui a idéia central em discussão.

Ao redigir seu texto siga estas orientações: cada parágrafo deve ser construído em torno de uma idéia central, todas as idéias secundárias devem ser relevantes para a compreensão da idéia central e devem estar relacionadas com ela (evite os pormenores desnecessários); não deve haver fragmentação de uma mesma idéia central em vários parágrafos (a não ser nos casos de uma idéia central muito complexa, que pode ter seus aspectos esmiuçados em parágrafos próprios), também não se devem apresentar diversas idéias em um único parágrafo; elimine as redundâncias: verifique se, nos parágrafos subseqüentes, não se repetem as idéias apresentadas nos parágrafos anteriores. Tendo visto essa unidade de composição, passemos às partes que compõem o texto dissertativo tradicional:

A formulação da introdução

O **parágrafo de introdução** é aquele que inicia a redação. Normalmente, logo no começo do texto, encontramos o *tópico frasal*, que consiste em um ou dois períodos curtos, em que se apresenta de modo sucinto a idéia central do texto (Cf. GARCIA, idem: 222). Portanto, é o tópico frasal que introduzirá o assunto, expondo um quadro geral do que será desenvolvido. Uma das vantagens do tópico frasal é que ele fixa os objetivos que norteiam o ato de escrever, concorrendo para garantir a unidade do texto, um dos requisitos de coerência. Além disso, facilita a compreensão por parte do leitor: o tópico frasal funciona como um indício do modo como o tema foi delimitado e por que caminhos a discussão seguirá.

Cumpre ressaltar que o tópico frasal é fundamental para prender o interesse do leitor. Assim, é essencial criar um tópico frasal atraente. Dentre as diversas maneiras existentes, destacamos o tópico frasal sob a forma de uma interrogação, que deverá ser respondida ao longo do texto, ou sob a forma de uma afirmação surpreendente.

A formulação do desenvolvimento

Após ter redigido o parágrafo de introdução, cumpre ampliar essa primeira incursão pelo tema, ampliando a idéia central apresentada no tópico frasal, por meio do(s) parágrafo(s) de desenvolvimento.

O desenvolvimento das idéias indicadas no parágrafo de introdução compreende a seleção e a ordenação dos aspectos relacionados a essas idéias.

Dentre as formas de *ordenação dos aspectos* no parágrafo de desenvolvimento, Soares & Campos (1978) destacam as seguintes: ordenação por tempo e espaço; ordenação por enumeração; ordenação por contraste; ordenação por causa-conseqüência; e ordenação por explicitação. Vejamos mais detidamente cada uma delas:

De acordo com Soares & Campos (idem: 88-108), freqüentemente, ao produzirmos textos orais ou escritos, sentimos necessidade de indicar em que lugar e/ou em que momento na linha do tempo estão as coisas sobre as quais tratamos. Para tanto, lançamos mão das indicações de espaço e tempo.

Nos textos, devemos organizar a apresentação das indicações de espaço. Com esse intuito, podemos partir do exterior para o interior, ou da esquerda para a direita, relacionar os elementos que se encontram em cima e depois nos ocuparmos dos que estão embaixo etc.

Quando situamos os fatos e acontecimentos na linha do tempo, podemos organizar essa apresentação de diversos modos. Por exemplo, partir do passado para o presente, ou do presente para o passado; ou do presente para o futuro, ou do futuro para o presente etc.

Para Soares & Campos (idem: 108-124), a ordenação por enumeração é adequada sempre que a delimitação do assunto e o objetivo do texto levarem à indicação de uma série de características, fatos, funções, fatores etc. Nesse tipo de ordenação, são empregadas, geralmente, expressões indicadoras de ordenação (*o primeiro, o segundo, o terceiro*; *em primeiro lugar, em segundo lugar, finalmente* etc.)

Soares & Campos (idem: 124-141) observam que "quando pensamos em *diferenças* entre objetos, seres, conceitos, somos levados a desenvolver nossas idéias numa redação, ordenando-as *por contraste*". Em seguida, os autores observam que o parágrafo de introdução de um texto em que as idéias serão ordenadas por contraste deve anunciar esse tipo de ordenação: *É visível o contraste que se observa entre A e B...; A partir do confronto entre A e B, podemos evidenciar a diferença existente entre x e y...*

As expressões indicadoras da ordenação por contraste são as conjunções adversativas (*mas, porém, contudo, entretanto*), as conjunções proporcionais (*enquanto, ao passo que*) e as conjunções comparativas (*mais ... (do) que, menos ... (do) que, melhor (do) que*.)

Há dois modelos básicos de organização das idéias para um texto em que se adote a ordenação por contraste: organização por *elementos* em contraste e organização *por pontos de diferença* entre os elementos em contraste. Por exemplo, poderíamos redigir um texto sobre as diferenças entre a vida na cidade e a vida no campo, empregando a ordenação por contraste entre as peculiaridades da vida na cidade (elemento 1) e as da vida no campo (elemento 2). As peculiaridades seriam os pontos de diferença, como, por exemplo, o acesso aos serviços e inovações tecnológicas (ponto de diferença *a*) e a qualidade de vida (ponto de diferença *b*). Assim, poderíamos construir o texto, seguindo um dos dois modelos abaixo:

Modelo 1 – Organização por elementos em contraste: podemos construir um parágrafo sobre a vida na cidade (elemento 1), apresentando o acesso aos serviços e inovações tecnológicas (o ponto de diferença *a*) e a qualidade de vida (o ponto de diferença *b*) que a caracterizam; e, em seguida, começar a falar sobre a vida no campo (elemento 2), apresentando o acesso aos

serviços e inovações tecnológicas (o ponto de diferença *a*) e a qualidade de vida (o ponto de diferença *b*) que a caracterizam. Veja o exemplo:

É evidente a diferença que existe entre o estilo de vida observado nos grandes centros urbanos e nas zonas rurais. Nas grandes cidades, há a facilidade de acesso aos serviços e às inovações tecnológicas: não é difícil encontrar vários bancos ao longo de uma avenida importante, por exemplo. Mas há um preço a pagar: a péssima qualidade de vida. De fato, as pessoas que vivem nas metrópoles, em geral, são obrigadas a conviver com a poluição, com a falta de áreas verdes e com o ritmo apressado e estressante das grandes cidades. Nas zonas rurais, por outro lado, o acesso aos serviços é mais difícil, e as inovações tecnológicas levam mais tempo para chegar ao campo. Contudo, a qualidade de vida é bem melhor: respira-se o ar puro, tem-se o contato direto com a natureza e o tempo é um aliado.

Modelo 2 – Organização por pontos de diferença: podemos construir um parágrafo sobre o acesso aos serviços e inovações tecnológicas (o ponto de diferença *a*), observando como ela se dá na cidade (elemento 1) e no campo (elemento 2); e, em seguida, começar a tratar da qualidade de vida (o ponto de diferença *b*), destacando como ela se encontra na cidade (elemento 1) e no campo (elemento 2). Observe:

Não se pode deixar de notar a diferença existente entre o estilo de vida observado nos grandes centros urbanos e nas zonas rurais. No que se refere ao acesso aos serviços e às inovações tecnológicas, as pessoas que moram nas grandes cidades gozam de mais facilidade do que aquelas que vivem no campo. Por outro lado, no que concerne à qualidade de vida, os habitantes das áreas rurais são mais felizardos, já que respiram o ar puro, têm o contato direto com a natureza e têm o tempo como aliado. As pessoas que vivem nas metrópoles, por seu turno, respiram poluição, vivem rodeadas de prédios de concreto e sofrem com o ritmo apressado e estressante das cidades.

De acordo com Soares & Campos (idem: 142-156), o parágrafo pode ser construído em função das *causas* e das *conseqüências* dos fatos que apresenta. A relação causa-conseqüência manifesta-se em três níveis: entre termos da oração, entre orações de um mesmo período, e entre porções maiores do texto (diferentes períodos e parágrafos que compõem o texto.)

Nas relações de causa e conseqüência entre termos da oração figuram aquelas estabelecidas entre o adjunto adverbial e o verbo. Assim, as expressões indicadoras de causa e conseqüência são as preposições ou locuções prepositivas e os advérbios ou locuções adverbiais (como em "morrer *de fom*e".)

As relações de causa e conseqüência entre orações de um mesmo período aparecem nas relações expressas pelas orações coordenadas conclusivas e explicativas, e pelas orações subordinadas causais e consecutivas. As expressões indicadoras de causa ou conseqüência entre orações de um mesmo período são as conjunções ou locuções conjuntivas conclusivas (*logo, pois, portanto, por conseguinte, por isso, assim*), explicativas (*pois, porquanto, porque*), causais (*porque, pois, porquanto, pois que, já que, uma vez que, visto que*) e consecutivas (*tal / tanto / tão... que, de forma / maneira / modo / sorte... que*).

Já as relações de causa e conseqüência entre porções maiores do texto podem ser indicadas por expressões que introduzem essas porções ou percebidas semanticamente, pela interpretação das relações existentes entre

um enunciado e outro. As expressões que indicam a relação de causa com o enunciado anterior são construídas por substantivos como *causa, motivo, razão, explicação, fundamento*, por verbos como *causar, gerar, explicar, motivar, originar*, ou por locuções adverbiais como *por isso, por causa disso, em virtude disso, devido a isso, em vista disso*. Já as relações de conseqüência entre um período e outro, ou entre um parágrafo e outro, são explícitas em expressões constituídas por substantivos como *conseqüência, efeito, decorrência, resultado, repercussão, produto, reflexo*, por verbos como *resultar, decorrer*, expressões como *ser resultado de, ser efeito de*, e advérbios ou locuções adverbiais como *conseqüentemente, como conseqüência, em conclusão* etc.

Podemos construir um parágrafo de desenvolvimento com ordenação por explicitação sempre que sentirmos necessidade de explicar uma idéia, esclarecer um conceito, justificar uma afirmativa. Soares & Campos (idem: 156-167) explicam que são três as formas básicas de ordenação por explicitação, a saber, a definição, a exemplificação e a analogia:

A *definição* é, das três formas, a mais abstrata: enuncia os atributos essenciais do objeto, ser ou conceito, determina sua extensão ou seus limites. Na explicitação por definição, é freqüente o uso do verbo *ser* (*... é, ... não é apenas, ... é também* etc.) e de verbos como *chamar-se, denominar-se, considerar-se*. [...]

A *exemplificação* é uma forma de explicitar um conceito ou justificar uma afirmativa por meio de exemplos ilustrativos. O exemplo representa uma ponte entre o conceito, ou a afirmativa, e o leitor. Quanto mais abstrato o conceito, quanto mais inesperada a afirmativa, mais adequado o uso de exemplos que os esclareçam ou justifiquem. [...]

Por meio da *analogia*, explicita-se um conceito ou justifica-se uma afirmativa, apresentando seus pontos de semelhança com outros seres, objetos ou processos. A ordenação por analogia é, de certa forma, uma ordenação oposta à ordenação por contraste: enquanto esta se baseia nos *pontos de diferença* entre seres, objetos, idéias, a analogia se baseia nos *pontos de semelhança*.

(SOARES & CAMPOS, idem: 159-160)

Na verdade, o que se observa é que essas formas de ordenação não são empregadas isoladamente. Ao contrário, são articuladas de acordo com a intenção de quem escreve ou fala. Assim, podemos empregar mais de um modo de organização em um parágrafo ou texto.

A formulação da conclusão

De forma geral, o parágrafo de conclusão retoma o objetivo que norteou toda a produção textual, expresso no parágrafo de introdução, e recapitula de forma sucinta o conjunto de detalhes ou aspectos particulares que fazem parte do(s) parágrafo(s) de desenvolvimento.

Ao finalizarmos um texto, podemos apresentar, ainda, observações decorrentes do(s) parágrafos(s) de desenvolvimento. Assim, o parágrafo de conclusão pode não só recapitular e resumir o desenvolvimento, mas também pode apresentar, de modo conciso, conseqüências e inferências. Também é comum finalizar um texto apresentando uma proposta de solução para um problema debatido.

Geralmente, a transição entre o(s) parágrafo(s) de desenvolvimento e o de conclusão se faz por meio das seguintes expressões: *dessa forma, como conseqüência, em decorrência, portanto, em síntese, em resumo, em conclusão, em suma, afinal* etc.

Considerações Finais

Para finalizarmos, gostaríamos de lembrar que não há uma receita mágica para se aprender a escrever bem. De fato, é uma habilidade que se desenvolve com a prática. A prática constante e diária da leitura auxilia no sentido de obter matéria para reflexão e modelos a serem incorporados. A prática da escrita favorece a organização e a exteriorização coerente e inteligível do pensamento.

O que se apresentou aqui foi uma sistematização de modelos que poderão auxiliar o iniciante na arte de redigir. À medida que o escritor se sentir seguro, poderá achar seu próprio caminho no mundo das letras e traçar seu próprio estilo. Contudo, é preciso ter em mente que o texto argumentativo *stricto sensu*, aquele que é exigido nos exames escolares ou universitários, obedece a uma formatação tradicionalmente fixada, permitindo pouca inovação pessoal. O que se pode esperar é que o escritor redija um texto em que se apresente uma argumentação consistente e bem articulada.

Por fim, cumpre destacar que a linguagem é a ponte que, por excelência, liga as interioridades humanas. Imersos que estamos em nós mesmos, a palavra é um dos caminhos mais eficazes para se entrar em comunhão com o outro. E, no jogo de intenções que configuram a interação comunicativa, a persuasão ocupa lugar de destaque. Saber argumentar é, portanto, uma das principais formas de reivindicar e de refutar. Argumentar é, enfim, um poderoso instrumento de exercício do poder.

Notas

1. Bechara (2003: 699) divide o texto dissertativo, quanto à sua formulação, em expositivo e argumentativo. Segundo o Autor, a dissertação expositiva consiste na mera apresentação de um assunto, sem o intuito de provocar debate, ou de convencer o interlocutor. Já a dissertação argumentativa está calcada no objetivo de convencer o interlocutor de que a razão está do lado de quem produz o texto. Essa distinção nos parece útil apenas por seu caráter didático. Koch (2002: 17-18), por outro lado, lembra que toda interação social por meio da língua caracteriza-se pela argumentatividade: a todo discurso subjaz uma ideologia. A neutralidade é um mito. No presente trabalho, empregamos os termos *dissertação* e *argumentação* como sinônimos, entendendo que a argumentatividade subjaz a qualquer discurso.

2. De acordo com Fávero & Koch (2002: 25), o discurso, atividade comunicativa humana numa dada situação comunicativa, manifesta-se por meio de textos, unidade de sentido, caracterizado por um conjunto de relações conceituais, formais e pragmáticas, isto é, a textualidade.3. Para um maior aprofundamento, consulte Garcia (2004: 304-305).4. Da forma como o discurso cientificista está tão presente em nosso cotidiano, vale a pena, a este respeito, ler o interessante artigo “O discurso competente”, de Chaui (1993: 3-13).

Referências Bibliográficas

ABREU, Antônio Suárez. *Curso de redação*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.

AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*. 15. ed. São Paulo: Martins, 1968.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CHAUI, Marilena de S. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

COSERIU, Eugenio. *Lições de Lingüística Geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Texto e linguagem)

FÁVERO, Leonor L. & KOCH, Ingedore G. V. *Lingüística textual*: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 24. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

KOCH, Ingedore G. V. *Argumentação e linguagem*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*: a nova retórica. Tradução por Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Título original: *Traité de l'argumentation*.

SOARES, Magda B. & CAMPOS, Edson N. *Técnica de redação*: as articulações lingüísticas de pensamento. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.